

IDENTIDADE DE GÊNERO, SEXUALIDADE E COMPORTAMENTOS DE AUTOLESÃO

GENDER IDENTITY, SEXUALITY, AND SELF-HARM BEHAVIORS

Michelle Luiza de Rosso¹
Elis Maria Teixeira Palma Priotto²

Resumo

A pesquisa visa identificar na literatura científica a relação entre identidade de gênero, sexualidade e a manifestação de comportamentos de autolesão. É uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa exploratória, como método investigativo. A revisão indicou uma lacuna significativa na literatura sobre a temática. Embora os resultados obtidos sejam limitados, os estudos sugerem a associação entre identificar-se como mulher cisgênero ou pertencer à comunidade LGBTQIAPN+ e o aumento do risco da manifestação de comportamentos autolesivos. As conclusões destacam a importância da ampliação de pesquisas acerca desse tema, a fim de obter uma compreensão mais aprofundada sobre a relação entre identidade de gênero, sexualidade e autolesão, para serem fornecidos subsídios para a implementação de medidas efetivas de apoio a esses grupos, que considerem os estereótipos de gênero como vetores de sofrimento psíquico e viabilizem a implementação de políticas públicas voltadas para a saúde mental desses indivíduos.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Automutilação; Heteronormatividade; Saúde Mental.

Artigo Original: Recebido em 06/09/2023 – Aprovado em 10/10/2023 – Publicado em: 22/12/2023

¹ Graduação em Psicologia e em Pedagogia; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Foz do Iguaçu/PR, Brasil. e-mail: michellederosso@outlook.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9765-8207> (autor correspondente)

² Professora associada. Mestre em Educação. Dra. em Ciências; Graduação e licenciatura em Enfermagem e no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Foz do Iguaçu/PR, Brasil. e-mail: elispriotto@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1949-2183>

Abstract

This research aims to identify in the scientific literature the relationship between gender identity, sexuality, and the manifestation of self-harm behaviors. It adopts an exploratory qualitative approach, using literature search in scientific publications as the investigative method. The search indicates a significant gap in the literature on this topic. Although the obtained results are limited, studies suggest an association between identifying as a woman or being part of the LGBTQIAPN+ community and an increased risk of self-harm behaviors. The conclusions underscore the importance of expanding research on this subject in order to gain a deeper understanding of the relationship between gender identity, sexuality, and self-harm. This will provide insights for the implementation of effective support measures for individuals considering gender stereotypes as factors of psychological distress and facilitate the implementation of public policies focused on the mental health of these individuals.

Keywords: *Gender Violence; Self-Harm; Heteronormativity; Mental Health.*

1 Introdução

Pesquisas investigando indicadores de saúde mental têm demonstrado que minorias sexuais enfrentam um risco mais elevado de problemas de saúde mental, em comparação com indivíduos cisheterossexuais. Uma descoberta preocupante dessas pesquisas é o aumento do risco de autolesão e comportamento suicida entre pessoas dissidentes do regime sexo-gênero (LIU *et al.*, 2019; ANGOFF; MCGRAW; DOCHERTY, 2021; JADVA *et al.*, 2023; WILLIAMS; ARCELUS; TOWNSEND; MICHAIL, 2023).

Diversas pesquisas realizadas sobre o tema revelam que, entre os principais elementos associados ao risco de autolesão estão fatores como gênero e sexualidade, com maior prevalência em mulheres cisgênero e população LGBTQIAPN+ (ARCOVERDE, 2013; BATEJAN; JARVI; SWENSON, 2015; DIONÍSIO *et al.*, 2020; GONÇALVES; SILVA, 2017).

Comportamentos de autolesão são caracterizados pelo dano direto e deliberado no próprio tecido corporal e tem se tornado uma crescente preocupação de saúde pública (BAHIA; AVANCI; PINTO; MINAYO, 2018). Assim como ocorre com a ideação suicida, a autolesão frequentemente tem início durante a adolescência. Além da crescente preocupação em relação a essas condutas de risco, as taxas de comportamentos autolesivos entre adolescentes têm apresentado aumento nos últimos anos; estimativas recentes indicam que entre 13% e 45% da população jovem já teve algum envolvimento com esses comportamentos em algum momento da vida (LIU *et al.*, 2019).

Segundo Giusti (2013), as formas frequentemente relatadas de autolesão englobam ações como "[...] cortes superficiais, queimaduras, arranhões, mordidas, impactos de partes do corpo contra paredes ou objetos e manipulação de ferimentos [...]" (GIUSTI, 2013, p. 6). Considerando que comportamentos de autolesão são os indicadores mais fortes para tentativas e consumação de suicídio, essa é uma realidade preocupante.

Estudos recentes indicam que a interseção de identidades marginalizadas pode desempenhar um papel fundamental na compreensão das desigualdades de saúde mental associadas ao suicídio e à autolesão. Diversas pesquisas sugerem que a prática de autolesão é mais frequente entre mulheres cisgênero em comparação com homens cisgênero, ou seja, entre pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi designado ao nascer (ANGOFF; MCGRAW; DOCHERTY, 2021; JADVA *et al.*, 2023; LIU *et al.*, 2019; MONTI; MCCREE; DERYCK, 2018; ROSS-REED *et al.*, 2019).

No entanto, outros estudos sugerem que a taxa de ocorrência de autolesão é semelhante entre homens e mulheres, destacando diferenças no modo como esses grupos praticam a autolesão e os locais onde os ferimentos são causados em seus corpos (NOCK *et al.*, 2006). Além disso, é relevante salientar que a maioria das pesquisas que abordam as disparidades de gênero não incorporam indivíduos que se situam além das categorizações binárias (ANGOFF; MCGRAW; DOCHERTY, 2021). Nota-se uma lacuna substancial de investigações que explorem a relação entre sexualidade, gênero, comportamento suicida e autolesão, especialmente na literatura brasileira.

Embora a compreensão acerca da prevalência de problemas de saúde mental entre adolescentes homossexuais e bissexuais esteja bem estabelecida, há uma escassez de estudos em relação aos fatores que contribuem para esse risco adicional, relacionado à autolesão. Além disso, as pesquisas tendem a concentrar-se na experiência de jovens cisgênero, enquanto a compreensão das experiências de pessoas trans, especialmente aquelas que se identificam fora da narrativa binária, é limitada (JADVA *et al.*, 2023).

Grupos pertencentes a minorias sexuais, de gênero e mulheres cisgênero, são apontados como particularmente suscetíveis a diversas condições adversas de saúde e degradação do bem-estar psicológico, assim, identificar as populações com maior risco de envolvimento com comportamentos de autolesão é de suma importância para a formulação de estratégias de intervenção destinadas a mitigar a incidência desse comportamento e seus impactos negativos (ANGOFF; MCGRAW; DOCHERTY, 2021).

Apesar de a literatura apontar a autolesão como um comportamento utilizado para mitigar tensões e evitar sentimentos angustiantes, é imprescindível reconhecer que essa conduta também pode ser um indicativo para o comportamento suicida. Nesse sentido, é fundamental promover a difusão do conhecimento disponível sobre o tema e ampliar a compreensão das áreas que ainda não foram devidamente exploradas, para a promoção de estratégias de proteção (SANTOS, 2021).

A inserção da perspectiva de gênero na pesquisa sociocultural e em outras esferas da vida civil representa uma ferramenta essencial para a apreensão dos aspectos relacionados à constituição cultural da identidade individual, bem como para "[...] compreender como determinadas hierarquias, relações de dominação e desigualdades sociais são geradas e reproduzidas" (CASARES, 2008, p. 10, tradução nossa).

O artigo encontra-se dividido em três partes, a primeira incorpora uma perspectiva sociohistórica das construções de gênero, sexualidade e performatividade de gênero, baseadas no controle coercitivo de corpos a partir do dispositivo sexo-gênero-desejo. A segunda parte relativa aos índices de prevalência de autolesão em adolescentes LGBTQIAPN+ e mulheres cisgênero e, por último, a relação entre autolesão e o processo de subjetivação de mulheres cisgênero, baseadas no processo de socialização, a partir dos estereótipos de gênero como vetor de sofrimento psíquico e agravante no surgimento de comportamentos de autolesão.

Nessa pesquisa, objetivou-se identificar, na literatura científica, a relação entre sexualidade, identidade de gênero e a manifestação de comportamentos autolesivos, buscando a suscetibilidade de adolescentes LGBTQIAPN+ e mulheres cisgênero a práticas de autolesão, abordando gênero a partir do conceito de performatividade e considerando a cisheteronormatividade como um cis-tema que tende a marginalizar e estigmatizar as experiências afetivo-sexuais que não se encaixam no modelo simplificado e binário de mulher/homem e heterossexualidade.

2 Metodologia

Essa pesquisa é um recorte de uma dissertação de mestrado em Ensino, que envolve uma análise sobre autolesão com adolescentes. O presente estudo trata-se de uma revisão

bibliográfica, de natureza qualitativa, que permite a exploração e a compreensão de um problema dentro do contexto social (CRESWELL, 2010).

Para conduzir esta revisão bibliográfica, delineou-se os seguintes procedimentos metodológicos: identificação do tema de pesquisa; busca na literatura sobre os estudos; avaliação, análise e síntese dos dados; apresentação e conclusões. Como ponto de partida, a pesquisa teve como pergunta norteadora: como se caracterizam, ao longo dos últimos vinte anos (2003 a 2023), as publicações científicas nacionais e internacionais, nos idiomas português e inglês, que exploram a relação entre identidade de gênero, sexualidade e comportamentos autolesivos? Adicionalmente, investigou-se ainda como as questões de gênero e sexualidade são abordadas por uma perspectiva histórica e cultural.

Com o propósito de responder a esses questionamentos, efetuou-se o processo de pesquisa, coleta, seleção e sistematização dos artigos adotando a seguinte sequência: os artigos foram pesquisados na base de dados virtuais na plataforma Google Acadêmico, utilizando a combinação dos descritores padronizados e disponíveis nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Autolesão, Identidade de Gênero, Minorias Sexuais e de Gênero, Pessoas LGBTQIA+, empregados separadamente ou combinados através do operador booleano AND, com intuito de abranger o maior número de produções científicas. Os filtros foram estabelecidos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão.

A partir do cruzamento dos descritores, os artigos encontrados foram selecionados por meio dos critérios de inclusão: artigos completos em periódicos, publicados entre 2003 e 2023 (vinte anos), redigidos no idioma português ou inglês. Foram excluídos os artigos incompletos, repetidos, duplicados ou não relevantes para o escopo da pesquisa.

Após a análise dos títulos e resumos, os artigos selecionados foram lidos na íntegra. Posteriormente, as informações coletadas foram submetidas a uma análise interpretativa, orientando a fundamentação crítica apresentada nos resultados e discussão.

3 Resultados e discussão

3.1 Performatividade, identidade de gênero e sexualidade

O conceito de "gênero" emergiu dentro do movimento feminista como uma categoria destinada à descrição e análise das interações sociais. O termo surgiu como uma alternativa ao

determinismo biológico que estava implícito na utilização de terminologias como "sexo" ou "diferença sexual". A utilização desses termos tendia a limitar a análise das pessoas às suas características corporais, em particular, as diferenças em suas genitálias (CASARES, 2008).

Enquanto o "sexo" se referia às características biológicas e anatômicas que diferenciam homens e mulheres cisgênero, o conceito de "gênero" passou a abranger a dimensão social e cultural dessas diferenças, reconhecendo que os papéis, comportamentos, expectativas e identidades associados à "homem" ou "mulher" não eram resultados da biologia, mas construções atravessadas por normas e valores da sociedade (ZANELLO, 2020).

A influência complexa do gênero, em suas diversas significações, constituído em diversos domínios simbólicos, pode ser analisada, também, à luz do conceito de dispositivo, elaborado por Foucault (2014). Esse dispositivo não se resume meramente a uma estrutura fixa e delimitada que atua sobre os sujeitos, mas de uma teia dinâmica em constante movimento, que se adapta ao longo do tempo por meio de reconfigurações que viabilizam a perpetuação do poder e das hierarquias sociais, abrangendo uma rede heterogênea de "discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas" (FOUCAULT, 2014, p. 364).

Para Scott, Louro e Silva (1995) gênero e sexualidade são construções culturais e históricas das distinções baseadas no sexo biológico. Nesse sentido, tornar-se homem ou mulher é um processo social e histórico, “[...] se estamos cientes de que o gênero é a construção social do sexo, precisamos considerar que aquilo que no corpo indica ser masculino ou feminino não existe naturalmente” (GOELLNER, 2011, p. 17).

Os estereótipos de gênero e sexualidade procuram enquadrar corpos em uma sequência predefinida de sexo-gênero-desejo, gerada e influenciada pela cisheronormatividade. Essa sequência é apresentada como inata, e qualquer indivíduo que não se encaixe nesse padrão é percebido como diferente, anormal ou estranho (FREITAS, 2022).

Butler (2017) conceitua gênero como o resultado de um discurso promovido pelas instituições sociais através da criação performativa de formas de ser. A concretização do significado atribuído a genitália deve ser entendida como uma prática repetitiva que possui uma dimensão histórica e política, com normas rígidas de comportamento, elementos coercitivos e punições àqueles que não se conformam com as expectativas tradicionais baseadas no

binarismo de gênero, “os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos não haveria gênero algum” (BUTLER, 2017, p. 198-199).

Para Foucault (1999), a análise das dinâmicas sociais revela que a interação entre prazer e poder se tornou um elemento central nas estratégias empregadas para moldar a subjetividade e a sujeição na sociedade moderna. O autor define a sexualidade como um dispositivo histórico, formado por uma complexa rede de estímulos corporais, prazeres, discursos, conhecimentos, controles e resistências interligados, todos influenciados por estratégias de saber poder.

Butler (2017) corrobora com Foucault (1999) ao enfatizar a influência dos discursos na constituição dos corpos. A autora argumenta que o sexo passou a ser visto como natural e o gênero como socialmente construído, mas critica a ideia de que 'homens' e 'mulheres' estejam ligados exclusivamente a corpos masculinos ou femininos. Butler propõe que o gênero surge discursivamente em meio as relações de poder e as normas que regulam os corpos, desvinculando-o do sexo. Os discursos moldam os ideais de gênero e estabilizam sua expressão, desafiando visões convencionais de sexo e gênero como inatos e fixos.

Assim como gênero e sexo, o desejo também pode ser interpretado como uma manifestação resultante de práticas discursivas, sendo, portanto, construído linguisticamente. Quando um bebê entra no âmbito cultural (discursivo), esse evento desloca as expectativas concernentes ao seu desejo. Isso implica que suposições e restrições emergem em relação ao que seria considerado apropriado ou não para sua forma de existir e desejar no mundo a partir de sua genitália (BUTLER, 2017).

Butler (2017) cunhou o termo "matriz heterossexual" para descrever um sistema de poder que governa um modelo hegemônico performativo e epistemológico. Essa matriz busca manter a coerência entre sexo, gênero e desejo por meio da imposição compulsória da heterossexualidade. Para perpetuar esse sistema, ocorre a construção diária de identidades (sexuais e de gênero) que precisam ser reafirmadas constantemente dentro da cisheteronormatividade.

Nesse sentido, indivíduos que estão em desconformidade com a estrutura de poder centrada na heterossexualidade e nas normas patriarcais, frequentemente enfrentam os diversos mecanismos sociais destinados a corrigir comportamentos considerados desviantes (BAÉRE; ZANELLO, 2020).

A privação de acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, cultura, lazer, habitação adequada e alimentação saudável, proveniente das mais diversas formas de

preconceito e violência de gênero, resulta em exclusão social e têm impacto direto na promoção do bem-estar e, conseqüentemente, na qualidade de vida de grupos marginalizados. Além disso, é importante salientar que qualquer forma de discriminação e preconceito, como LGBTQAPN+fobia, racismo e violência de gênero, desempenham papel significativo no processo de determinar a saúde-doença, gerando adoecimento e sofrimento aos indivíduos que vivenciam essa realidade (BRASIL, 2010).

3.2 Prevalência de autolesão em adolescentes LGBTQIAPN+ e mulheres cisgênero

Embora os adolescentes, definidos na faixa etária dos 10 aos 19 anos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (WHO, 2020), sejam considerados um grupo de alto risco para comportamento suicida e autolesão, há crescentes evidências que indicam jovens LGBTQIAPN+ como um subgrupo particularmente suscetível a esses comportamentos. Estudos indicam que a ocorrência de autolesão nesses indivíduos é de aproximadamente 30% a 50% maior em comparação com seus colegas cisheterossexuais (WILLIAMS; ARCELUS; TOWNSEND; MICHAIL, 2023).

Além disso, estudos reportam taxas mais elevadas de autolesão e comportamento suicida entre pessoas transgênero em comparação com indivíduos cisgênero (JADVA *et al.*, 2023; WILLIAMS; ARCELUS; TOWNSEND; MICHAIL, 2023). Autoras como Batejan, Jarvi e Swenson (2015), observaram que essas taxas são ainda maiores em homens trans, no entanto, é importante ressaltar que esse estudo não aborda a experiência de indivíduos trans não binários.

Nesse sentido, um ponto importante a ser destacado é que o termo "trans" abrange uma variedade de identidades, incluindo identidades binárias e não binárias, esse aspecto diversificado pode influenciar diferentes experiências e desafios em relação à saúde mental, considerando que, de acordo com o estudo de Jadva *et al.* (2023), indivíduos trans binários (homens trans e mulheres trans) tendem a experienciar menos estresse que não binários.

Dessa forma, a autolesão tem emergido como um significativo desafio, especialmente nas escolas, e vem ganhando maior destaque nas discussões acadêmicas. Diversos estudos evidenciam que esse comportamento pode ser interpretado como um potencial resultante de relações de gênero violentas, desiguais e excludentes, que permeiam o tecido social

(GONÇALVES; SILVA, 2017). Apesar desses dados, observamos uma carência significativa de estudos brasileiros que estabeleçam uma relação entre sexualidade, gênero e autolesão.

O estudo de Jadva *et al.* (2023), realizado com uma amostra de 3.713 adolescentes do Reino Unido, constatou que adolescentes trans apresentaram quase 4 vezes mais chances de se envolverem com comportamentos de autolesão, 3 vezes mais chances de ideação suicida e 2,5 vezes mais chances de tentativa de suicídio, quando comparados a adolescentes cisgênero. Pessoas não binárias apresentaram 4 vezes mais chances de autolesão, 2 vezes mais chances de ideação e tentativa de suicídio. Notavelmente, os jovens que foram alvo de *bullying* relacionado à sexualidade e identidade de gênero, inclusive *online*, demonstraram maior tendência a relatar comportamentos de autolesão.

Adicionalmente, mulheres demonstraram um maior risco para cada um dos resultados analisados: 4 vezes mais chances de relatar autolesão, 60% mais probabilidade de relatar ideação suicida e 75% mais chances de ter tentado suicídio. Quando mulheres trans foram excluídas da análise, o risco ainda se mostrou significativo. Mulheres cis apresentaram cerca de 4 vezes mais probabilidade de se envolver em autolesão, 50% mais probabilidade de apresentar ideação suicida e quase o dobro de probabilidade de tentativa de suicídio (JADVA *et al.*, 2023).

Entre adolescentes LGBTQIAPN+, a autolesão tem sido associada às taxas elevadas de adversidades relacionadas à saúde mental, experiências de vitimação, problemas de natureza interpessoal, baixa autoestima, desafios na formação de uma visão positiva de si, dificuldades na transição médica, abuso sexual, *bullying* entre pares e comparação social (WILLIAMS; ARCELUS; TOWNSEND; MICHAIL, 2023).

O estudo desenvolvido por House, Van Horn, Coppeans e Stepleman (2011), analisando os estressores relacionados ao fato de pertencer a uma minoria, concluiu que desafios incluindo dificuldades em expressar emoções e pensamentos, negação da própria identidade, experiência de *bullying* com colegas escolares que suspeitavam ou sabiam de sua orientação sexual/identidade de gênero e respostas negativas da família, impactam negativamente a autoaceitação desses indivíduos, o que, por sua vez, pode levar a comportamentos autolesivos e, em alguns casos, tentativas de suicídio.

A homofobia internalizada e o estigma percebido constituem pensamentos e comportamentos nocivos vivenciados por indivíduos pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, enquanto a discriminação e o preconceito são manifestações visíveis e claras

perpetradas pela sociedade contra esses indivíduos. Observa-se que jovens LGBTQIAPN+ têm uma probabilidade maior do que seus pares heterossexuais de enfrentar ameaças, agressões, sentir insegurança no ambiente escolar e fazer uso excessivo de substâncias como álcool e drogas. A combinação desses fatores coloca os adolescentes desse grupo em um risco substancialmente elevado de desenvolver comportamento suicida e autolesão (BATEJAN; JARVI; SWENSON, 2015).

Williams, Arcelus, Townsend e Michail (2023) evidenciam que, indivíduos pertencentes a minorias sexuais e de gênero compartilham sentimentos de deslocamento e de não aceitação por grande parte da sociedade, acompanhados de preconceitos, muitas vezes, envoltos em discursos religiosos que fomentam discriminações e abusos que levam a autolesão. Além disso, uma parte significativa das experiências relatadas na pesquisa envolve o sofrimento proveniente da dificuldade de autoaceitação e da ausência de terminologias para expressar identidades sexuais ou de gênero, demonstrando uma conscientização limitada em relação às identidades LGBTQIAPN+ durante os estágios iniciais da adolescência. Nesse sentido, as autoras ressaltam a importância de incorporar a educação sobre a comunidade LGBTQIAPN+ nos sistemas educacionais, buscando uma abordagem inclusiva que trate de forma consistente as vivências e terminologias (WILLIAMS; ARCELUS; TOWNSEND; MICHAIL, 2023).

Uma pesquisa conduzida no Novo México, por Ross-Reed *et al.* (2019) constatou que 6% dos estudantes do ensino médio, que se identificavam como dissidentes de gênero, demonstraram incertezas em relação à própria identidade de gênero. Estudantes discordantes das normas de gênero enfrentaram taxas mais elevadas de violência e autolesão, enquanto experimentaram níveis inferiores de apoio, em comparação com seus colegas cisgêneros.

A pesquisa também demonstra que o apoio familiar estava associado a uma menor probabilidade de vivenciar violência sexual e autolesão, enquanto o apoio escolar relacionava-se a chances menores de experimentar violência em relacionamentos e envolver-se com autolesão. Taxas mais elevadas de tentativas de suicídio e comportamento de autolesão foram relatadas por mulheres cis e pessoas trans, em comparação com homens cis. Além disso, é relevante destacar que, neste estudo, o pertencimento a uma minoria racial não estava ligado a um aumento no risco de autolesão (ROSS-REED *et al.*, 2019).

Verifica-se uma falta de concordância quanto às variações da autolesão relacionadas à raça e etnia. Estudos indicam que pode haver maior prevalência entre adolescentes brancos, enquanto outros apontam maior prevalência entre minorias raciais (LLOYD-RICHARDSON;

PERRINE; DIERKER; KELLEY, 2007), e, ainda, há pesquisas que não encontram diferenças significativas em relação a raça ou etnia (GUAN; FOX; PRINSTEIN, 2012).

O estudo de Liu *et al.* (2019), além de constatar que mulheres cis apresentavam uma maior incidência de autolesão, demonstrou que o status de pertencimento a minoria racial e índices baixos de status socioeconômico (como níveis educacionais e situação financeira), estavam associados a um maior risco de envolvimento em condutas autolesivas. Nesse sentido, o estudo conduzido por Al-Sharifi; Krynicki; Upthegrove (2015) identificou disparidades significativas nas taxas de autolesão entre diferentes grupos étnicos. Os resultados indicaram que mulheres pretas demonstraram maior propensão a essa prática.

Raça e gênero encontram-se intrincadamente interligados, sendo inviável abordar essas duas categorias de forma isolada e desconsiderar as especificidades das experiências de diferentes mulheres em uma sociedade atravessada por um padrão social hegemônico e opressivo que é branco, magro, homem e cisgênero (HOOKS, 2018; ZANELLO, 2020).

Santos (2021), propõem em seu estudo um levantamento dos dados do Anuário de Segurança Pública Brasileiro do ano de 2020, articulando a relação entre violência estrutural e comportamentos de autolesão, com intuito de compreender os impactos das dinâmicas de poder que permeiam o campo social no comportamento de adolescentes. A autora traz uma análise entre gênero e raça, verificando a prevalência da autolesão e comportamento suicida em grupos específicos.

Além de apontar a prevalência da autolesão entre mulheres cisgênero, associando os elevados índices de violência sexual e doméstica, que contribuem como fatores de risco para condutas autolesivas, indica que a discriminação racial e o racismo institucional são elementos que exercem forte influência nos comportamentos de autolesão entre adolescentes (SANTOS, 2021). No entanto, é importante destacar que, como em outros estudos brasileiros sobre autolesão, a abordagem analítica se restringiu à categorização dos indivíduos com base na concepção binária de gênero/sexo.

Apesar das pesquisas nacionais sobre comportamento suicida e autolesão em pessoas LGBTQIAPN+ serem limitadas, em 2018 foi publicado o "Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017" (PERES; SOARES; DIAS, 2018). Esse documento oferece um panorama abrangente das mortes envolvendo lésbicas no Brasil, abrangendo os casos de suicídio. A investigação, que se baseou na compilação de informações provenientes da mídia e das

plataformas de redes sociais, identificou um notável aumento nas ocorrências de suicídio entre lésbicas dentro do período analisado, com ênfase particular nas áreas rurais.

A utilização do termo "suicida" no texto é respaldada pela perspectiva de que as mortes por suicídio entre lésbicas são interpretadas como um resultado de um crime de ódio coletivo. Este crime é fomentado por uma sociedade imbuída de atitudes lesbofóbicas e misóginas (PERES; SOARES; DIAS, 2018). Esse delineamento expõe a vulnerabilidade desse grupo à perpetração autodirigida de atos de violência.

O Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde (BRASIL, 2021), abrangendo dados sobre a mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil, considerando os óbitos por suicídio registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), entre 2010 a 2019 (BRASIL, 2021), e as notificações de violências autoprovocadas registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), em 2019 (BRASIL, 2021), evidencia o aumento de mortes por suicídio entre adolescentes em 81% no período analisado.

Em relação ao gênero, o boletim traz distinção apenas entre "sexo masculino" e "sexo feminino". Pessoas do sexo masculino apresentam um risco 3,8 vezes maior do que pessoas identificadas como sexo feminino, com taxas de 10,7 e 2,9 por 100 mil indivíduos em 2019, respectivamente. Ao longo do período, ambas as taxas aumentaram; entre 2010 e 2019, as taxas de suicídio aumentaram 29% entre pessoas do sexo feminino e 26% entre pessoas do sexo masculino.

As informações do boletim apontam que as evidências têm ressaltado a presença de riscos ainda mais elevados de suicídio e autolesão em grupos com condições de maior vulnerabilidade, como migrantes e refugiados, comunidade LGBTQIAPN+ e povos indígenas (BRASIL, 2021). No entanto, dados concretos sobre esses indicadores não são apresentados. Além disso, a maneira como esse fenômeno é mensurado no Brasil gera lacunas, uma vez que os índices fornecidos pela Notificação Individual de Violência Interpessoal/Autoprovocada do Sinan não fazem distinção entre casos de autolesão e tentativas de suicídio.

O boletim considera os índices analisando diferentes regiões do Brasil, escolaridade e dados sociodemográficos como idade, raça/cor e sexo, com menção a sexo "feminino" e "masculino", referindo-se a homens e mulheres, desconsiderando indivíduos dissidentes da norma binária do regime sexo-gênero. Embora os dados destaquem a prevalência de

comportamento suicida e autolesão em indivíduos do sexo feminino, é importante destacar que não se pode presumir que essas pessoas sejam exclusivamente meninas/mulheres cisgênero.

Na perspectiva de Butler (2017) a concepção de sexo biológico adquire uma natureza de naturalidade somente sob a influência do modelo de interpretação do gênero. De acordo com essa perspectiva, o que é considerado natural é, na realidade, moldado pela cultura, e não haveria uma noção de sexo preexistindo à construção do gênero, "Consideramos o gênero, por exemplo, como um estilo corporal, um "ato", por assim dizer, que tanto é intencional como performativo, onde "performativo" sugere uma construção dramática e contingente do sentido" (BUTLER, 2017, p. 240).

Plentz, Oliveira e Signorelli (2023), destacam a complexidade associada ao preenchimento das categorias de diversidade sexual e de gênero na Ficha de Notificação de Violência Interpessoal/Autoprovocada do Sinan. A pesquisa revela que essa ficha não abarca as diversidades relacionados a sexo, sexualidade e identidade de gênero das pessoas, gerando implicações significativas na identificação dos índices de violência envolvendo a população LGBTQIAPN+, a subnotificação dos casos e a dificuldade do reconhecimento dos marcadores de vulnerabilidade relacionados a esse grupo nos dados registrados no Sinan.

É imprescindível reconhecer com urgência a necessidade de contemplar diversidades de gênero e orientação sexual nas estratégias de vigilância da violência, para promover uma abordagem precisa nessa área, que promova cuidado e não perpetue a exclusão (PLENTZ; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2023). A ausência desses dados de identificação demonstra uma lacuna significativa que persiste nos estudos nacionais e no sistema de saúde, uma vez que a inclusão e representação de diversas identidades de gênero/sexualidade são cruciais para uma análise mais abrangente de comportamentos suicidas e de autolesões.

Ainda de acordo com os dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2021), no ano de 2019 houve um registro de 124.709 casos de autolesão no Brasil, representando um aumento de 39,8% em comparação ao ano anterior. A maioria das notificações sobre comportamentos de autolesão foi composta por pessoas identificadas como "sexo feminino", caracterizadas como mulheres, representando 71,3% do total de casos. O perfil predominante das notificações foi de mulheres brancas, com baixo nível de escolaridade, situadas na faixa etária entre 15 e 29 anos.

É de grande relevância destacar que, tanto o comportamento suicida quanto a autolesão são, frequentemente, subnotificados e envolvem grande estigma. A estigmatização da assistência em saúde mental e do suicídio pode desencorajar indivíduos a buscarem suporte e

tratamento que são determinantes na prevenção de comportamentos autodestrutivos (BRASIL, 2021).

3.3 Autolesão e o processo de subjetivação de mulheres cisgênero

A literatura dedicada à análise dos comportamentos de autolesão tem destacado uma discrepância na prevalência de comportamento suicida e conduta autolesiva entre adolescentes, com maior ênfase na diferenciação entre mulheres e homens cisgênero. Diversos estudos selecionados nessa pesquisa constataam que meninas cisgênero adolescentes apresentam maior vulnerabilidade à ideação suicida e à prática de autolesão (LIU *et al.*, 2019; ROSS-REED *et al.*, 2019; SANTOS, 2021; JADVA *et al.*, 2023).

Considerando esses dados, torna-se imprescindível uma análise da categorização dos papéis de gênero marcada pela assimetria do poder. As dinâmicas de gênero, por sua própria natureza, envolvem componentes de domínio e sofrem profunda influência do sistema patriarcal, predominante em sociedades ocidentais. Historicamente, nesse contexto, as mulheres foram relegadas a uma posição marginalizada em comparação aos homens, estruturando, assim, relações, papéis e expectativas que fundamentam os estereótipos de gênero (ZANELLO, 2020).

Para além das perspectivas que designam o gênero como papéis sociais atribuídos a dois tipos de corpos materialmente distintos, Butler (2017) propõe uma visão do gênero como performatividade, composta por ações repetidas, cuja sequência perpetua a ideia de diferenças intrínsecas entre homens e mulheres. Assim, embora sejam produtos de construções sócio-históricas, essas distinções de desempenho ganham uma aura de realidade através de argumentos fisiológicos, tornando-as quase inquestionáveis sob o manto de legitimidade das ciências naturais.

Zanello (2020), ao abordar sobre gênero, saúde mental e processos de subjetivação, vai além da perspectiva do gênero enquanto atos performativos, a autora explora a ideia de que gênero não apenas se manifesta por meio de comportamentos e da performatividade mas, também, está intrinsecamente ligado a maneiras específicas de sentir, marcando as experiências emocionais de indivíduos com base nos estereótipos de gênero.

A socialização no sistema binário de gênero molda papéis e expectativas para homens e mulheres através de construções coercitivas de controle social, iniciadas desde a infância, por

meio de discursos, brinquedos e brincadeiras que reforçam as normas de gênero. Essas normas definem características ditas femininas, como docilidade e cuidado, ligadas aos papéis de esposa e mãe. Para os homens, enfatiza-se uma masculinidade de dominação e virilidade, centrada na sexualidade e produtividade. Esses imperativos limitam a autonomia, geram sobrecarga e diversas formas de sofrimento, específicas da socialização baseada em uma perspectiva binária de sexo biológico, levando a conflitos internos e vulnerabilidades psicológicas que resultam na perpetuação de diversas formas de violência e opressões (ZANELLO, 2020).

As pesquisas sobre autolesão destacam diferenças na prevalência desses comportamentos entre adolescentes meninas e meninos cisgênero. Meninas adolescentes apresentam maior probabilidade de apresentar ideação suicida e autolesão, esse índice é associado a prevalência de sintomas depressivos e comportamentos de tendência introspectiva nas meninas. Em contrapartida, meninos adolescentes têm maior probabilidade de efetivar atos suicidas. Essas diferenças ressaltam a importância de compreender as variações de gênero ao abordar fenômenos como a autolesão e comportamento suicida (SANTOS, 2021).

O comportamento suicida, abrangendo desde ideação a tentativas concretas, muitas vezes é associado aos homens (cisgênero), isso ocorre porque esse fenômeno é frequentemente abordado através das taxas de mortalidade, que tendem a ser mais elevadas entre eles, consolidando o suicídio como uma ação predominantemente masculina (JAWORSKI, 2010).

Segundo Jaworski (2010), a compreensão do suicídio é moldada pelos valores de gênero. Ao ser apresentado como algo neutro e autoevidente, esse fenômeno oculta a construção discursiva subjacente à sua interpretação. A autora ressalta que, devido ao número maior de óbitos resultantes de autoextermínio entre homens, muitas vezes utilizando métodos mais letais, criou-se a percepção de que suas ações são mais graves e alarmantes. Essa perspectiva, aliada à minimização do sofrimento de mulheres, frequentemente consideradas excessivamente emotivas ou dramáticas, subestima a gravidade do fato de que o número de tentativas de suicídio é superior entre as mulheres.

Um estudo realizado por Zanello (2020), ilustra a presença dos papéis atribuídos aos sujeitos a partir da construção binária dos gêneros na fala de pacientes submetidos a tratamentos psiquiátricos. Esses valores e papéis são utilizados como marcadores na avaliação da própria subjetividade, com impacto direto na autoestima e no narcisismo dos indivíduos, tornando-se elementos constituintes e marcando formas de agir e sentir. Diversos estudos demonstram a

prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres cisgênero, envolvendo insônia, fadiga, transtornos de humor, depressão, irritabilidade, ansiedade e queixas somáticas (GRAPIGLIA *et al.*, 2021).

Para Gonçalves e Silva (2017), as expectativas que envolvem formas de agir, sentir e pensar dos sujeitos são atravessadas pela cisheteronormatividade, profundamente arraigada em uma sociedade que valoriza a heterossexualidade e perpetua o sistema binário de gênero na formação das identidades individuais. Dessa forma, o regime sexo-gênero-desejo e os estereótipos hegemônicos associados à feminilidade e masculinidade influenciam a manifestação de práticas de autolesão entre os adolescentes.

Os processos de construção de gênero e sexualidade, juntamente com a vigilância em torno desses, influenciam diretamente o desencadeamento de comportamentos de autolesão, reforçando a ideia de que a autolesão é um fenômeno construído de forma social e cultural (GONÇALVES; SILVA, 2017). Além disso, ao analisar questões de saúde mental e vulnerabilidades psíquicas, é necessário considerar também fatores sociodemográficos, como classe social, status socioeconômico, raça, gênero e sexualidade, uma vez que esses elementos representam indicadores de vulnerabilidade em sociedades classistas, LGBTQIAPN+fóbicas, misóginas e racistas (BAÉRE; ZANELLO, 2020).

Os índices de violência contra mulheres são elevados e abrangem várias formas, incluindo violência psicológica, patrimonial, sexual, moral, física e o feminicídio (RAMOS; MORAIS, 2022). Nesse sentido, os fatores que contribuem para a autolesão estão entrelaçados com a violência intrafamiliar e abuso sexual, acarretando significativos impactos na saúde emocional das adolescentes. A violência estrutural e patriarcal apresenta-se subjacente a essas manifestações de violência. As vivências individuais das adolescentes, por sua vez, são elaboradas subjetivamente, manifestando-se em comportamentos de autolesão, agressividade, distúrbios do sono e recusa alimentar (SANTOS, 2021).

Além disso, mulheres apresentam maior propensão a experienciar sintomas de depressão, especialmente durante a adolescência, "a socialização e as desigualdades de gênero durante a infância podem fazer com que as meninas tenham mais pensamentos e crenças negativas sobre si mesmas e processamento de informações mais negativo em comparação com os meninos" (BONE *et al.*, 2021, p. 1, tradução nossa).

Considerando os processos de subjetivação "feminina", seria um equívoco ignorar a influência de valores e estereótipos de gênero na formação de sintomas entre pessoas

designadas como meninas no nascimento, considerando que a pressão para cumprir ideais de feminilidade pode resultar em angústia psíquica, intensificada por uma cultura de silêncio e submissão. Esse silenciamento frente à violência pode causar sofrimento profundo e diante de fragilidade emocional e desespero, mulheres podem recorrer a comportamentos autodestrutivos (BAÉRE; ZANELLO, 2020).

4 Considerações finais

A revisão bibliográfica indicou uma lacuna significativa na literatura científica, especialmente no contexto nacional, que aborde a relação entre identidade de gênero, sexualidade e autolesão. Ainda que haja uma limitação nos resultados encontrados, as evidências sugerem que, pertencer a comunidade LGBTQIAPN+ ou identificar-se como mulher tem influência na manifestação de comportamentos autolesivos.

A pesquisa alcançou seu objetivo ao identificar as influências da cisheteronormatividade como fator precipitante de sofrimento psicossocial e maior propensão à prática de comportamentos de autolesão com esse grupo específico, ressaltando a relevância do estudo e a necessidade urgente de investigações sobre esse tópico subexplorado na literatura científica. Considera-se uma limitação desse estudo a ausência de pesquisas nacionais sobre o tema, o que torna desafiante a análise da relação entre sexualidade, identidade de gênero e os fatores de risco subjacentes aos comportamentos de autolesão.

Os estudos analisados tendem a concentrar-se na experiência de pessoas cisgênero (especialmente no contexto brasileiro) e de pessoas transgênero, que se enquadram em categorias binárias de gênero, como mulheres e homens trans, desconsiderando indivíduos não binários e, mesmo nessas pesquisas, frequentemente não há inclusão de uma perspectiva crítica que analise a prevalência da autolesão considerando determinantes históricos e culturais que moldam padrões de comportamento.

Apesar da relevância desse tema, a abordagem informativa sobre esses índices é escassa, contribuindo para a vulnerabilidade dessa população. A falta de comunicação sobre essa temática e ausência de discussões que considerem a relação entre identidade de gênero, sexualidade e autolesão chama a atenção para censura e a falta de reconhecimento das experiências de indivíduos que contrapõem a cisheteronorma (especialmente aqueles que se

identificam além da narrativa binária) e do reconhecimento dos estereótipos de gênero no processo de subjetivação dos indivíduos como vetor de sofrimento psíquico.

É importante ressaltar que a prevalência de autolesão, associada ao adoecimento e sofrimento psicológico de mulheres cis e pessoas LGBTQIAPN+ foram resultados marcantes desse estudo, indicando que as pressões sociais, a estigmatização, o machismo, a misoginia e as diversas formas de preconceito e discriminação têm impacto direto na saúde desses indivíduos.

Por fim, destacamos que, refletir sobre os conceitos de gênero e sexualidade é um exercício de desnaturalização das diferenças que muitas vezes são consideradas inerentes à luz da biologização, relegando questões que são de ordem social a individualização de sintomas e patologização da vida. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de que novas pesquisas sejam realizadas, propiciando novos estudos e discussões que possam fornecer subsídios para a implementação de medidas efetivas de intervenção e apoio, juntamente com políticas públicas voltadas para a saúde mental de mulheres e da comunidade LGBTQIAPN+.

Referências

- AL-SHARIFI, A.; KRYNICKI, C. R.; UPTHEGROVE, R. Self-harm and ethnicity: A systematic review. **International Journal of Social Psychiatry**, v. 61, n. 6, p. 600-612, 2015.
- ANGOFF, H.; MCGRAW, James; DOCHERTY, M. Intersecting identities and Nonsuicidal self-injury among youth. **Identity**, v. 21, n. 2, p. 98-114, 2021.
- ARCOVERDE, R. L. Autolesão e produção de identidades. 2013. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Recife, 2013.
- BAÉRE, F.; ZANELLO, V. **Suicidal behavior in women of diverse sexualities: silenced violence**. 2020.
- BAHIA, C. A.; AVANCI, J. Q.; PINTO, L. W.; MINAYO, M. C. S. Notificações e internações por lesão autoprovocada em adolescentes no Brasil, 2007-2016. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 2, 2020.
- BATEJAN, K. L.; JARVI, S. M.; SWENSON, L. P. **Sexual orientation and non-suicidal self-injury: A meta-analytic review**. Archives of Suicide Research, 2015.
- BONE, J. K. et al. Recall bias during adolescence: Gender differences and associations with depressive symptoms. **Journal of Affective Disorders**, v. 282, p. 299-307, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, 2010. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>

BRASIL Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico. Volume 52, N. 33, Set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_3_3_final.pdf>

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 13º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASARES, A. M. Antropologia del gênero: cultura, mitos e estereótipos sexuales. Madri: Cátedra, 2008.

CRESWELL, J. W. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. (2aed.), Bookman, 2010.

DIONÍSIO, J. S. et al. Gênero e automutilação na escola básica: um estudo de caso. **Revista Práxis**, v. 12, n. 23, 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder** (28ª ed.). Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão** (20ª ed.) Petrópolis: Vozes, 1999.

FREITAS, L. C. S. Práticas de resistência de estudantes dissidentes do regime sexo-gênero: experiências para uma escola possível de ser e estar. 2022. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022.

GIUSTI, J. S. Automutilação: características clínicas e comparação com pacientes com transtorno obsessivo-compulsivo, 2013. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Programa de Psiquiatria. São Paulo, 2013.

GOELLNER, S. V. Corpo, gênero e sexualidade: reflexões necessárias para pensar a educação escolar. In: SIMILI, Ivana Guilherme (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Maringá: EDUEM, 2011.

GONÇALVES, J. N.; SILVA, E. P. de Q. Automutilação, gênero, sexualidade e escola. **Debates contemporâneos sobre**, p. 233, 2017.

GRAPIGLIA, C. Z. et al. Fatores associados aos transtornos mentais comuns: estudo baseado em clusters de mulheres. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, 2021.

GUAN, K.; FOX, K. R.; PRINSTEIN, M. J. Nonsuicidal self-injury as a time-invariant predictor of adolescent suicide ideation and attempts in a diverse community sample. **Journal of consulting and clinical psychology**, v. 80, n. 5, p. 842, 2012.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rosa dos tempos, 2018.

HOUSE, A. S.; VAN HORN, E.; COPPEANS, C. STEPLEMAN, L. M. Interpersonal trauma and discriminatory events as predictors of suicidal and nonsuicidal self-injury in gay, lesbian, bisexual, and transgender persons. **Traumatology**, v. 17, n. 2, p. 75-85, 2011.

- JADVA, V. et al. Predictors of self-harm and suicide in LGBT youth: The role of gender, socio-economic status, bullying and school experience. **Journal of Public Health**, v. 45, n. 1, p. 102-108, 2023.
- JAWORSKI, K. The gender-ing of suicide. **Australian Feminist Studies**, v. 25, n. 63, p. 47-61, 2010.
- LIU, R. T. et al Prevalence and correlates of non-suicidal self-injury among lesbian, gay, bisexual, and transgender individuals: A systematic review and meta-analysis. **Clinical psychology review**, v. 74, p. 101783, 2019.
- LLOYD-RICHARDSON, E. E.; PERRINE, N.; DIERKER, L.; KELLEY, M. L. Characteristics and functions of non-suicidal self-injury in a community sample of adolescents. **Psychological medicine**, v. 37, n. 8, p. 1183-1192, 2007.
- MONTO, M. A.; MCREE, N.; DERYCK, F. S. Nonsuicidal self-injury among a representative sample of US adolescents, 2015. **American journal of public health**, v. 108, n. 8, p. 1042-1048, 2018.
- NOCK, M. K. et al. Non-suicidal self-injury among adolescents: Diagnostic correlates and relation to suicide attempts. **Psychiatry research**, v. 144, n. 1, p. 65-72, 2006.
- PERES, M. C. C.; SOARES, S. F.; DIAS, M. C. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.
- PLENTZ, L. M.; OLIVEIRA, D. C.; SIGNORELLI, M. C.. Sexo, Identidade de Gênero e Orientação Sexual: Como Preencher? Análise Qualitativa dos Dilemas e Potências na Vigilância das Violências. **Divers@, Matinhos**, 2023.
- RAMOS, B. A.; MORAIS, D. S. A violência contra a mulher no Brasil: uma análise do aumento do número de casos de feminicídio no Brasil em momento pandêmico. **Research, Society and Development**, 2022.
- ROSS-REED, D. E. et al. Family, school, and peer support are associated with rates of violence victimization and self-harm among gender minority and cisgender youth. **Journal of Adolescent Health**, v. 65, n. 6, p. 776-783, 2019.
- SANTOS, V. G. **A possível relação da violência estrutural e a violência autoinflingida: estudo teórico sobre as questões de fundo das automutilações em adolescentes**, 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.
- SCOTT, J. W.; LOURO, G. L.; SILVA, T. T. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. Global status report on preventing violence against children 2020. 2020. Disponível em: <<https://srhr.dspace-express.com/items/ffa7cad2-5b69-4046-8b0f-cb11645c17cc>>
- WILLIAMS, A. J.; ARCELUS, J.; TOWNSEND, E.; MICHAIL, M. Understanding the processes underlying self-harm ideation and behaviors within LGBTQ+ young people: A qualitative study. **Archives of suicide research**, v. 27, n. 2, p. 380-396, 2023.
- ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Editora Appris, 2020.